

Os Villas Boas trataram de prestigiar por todas as formas o modo de ser indígena e lutaram durante todos esses anos para preservá-lo. Tanto assim, que outros grupos, atraídos depois, foram reunidos em torno de outro posto, na parte norte do Parque, por serem de cultura diferente. Foram igualmente estimulados a conservar seus próprios hábitos e valores.

O êxito do Parque — reconhecido por antropólogos de muitos países — pode ser avaliado por um único dado: enquanto a população indígena diminui rapidamente em todo o Brasil, no Xingu aumenta. Em 1952, quando se fez o primeiro recenseamento dos índios da região, o total era de 652 indivíduos. Dois anos depois, uma epidemia de sarampo matou 114. Não obstante, um novo recenseamento registrou em 1963 a existência de 623 indígenas. E a contagem feita ano passado pelas turmas da Escola Paulista de Medicina — que dão assistência médica aos habitantes do Parque — somou 704 indivíduos, dos quais 413 com menos de vinte anos. A população das dez tribos crescerá 10% em menos de uma década, apesar da mortandade causada pela epidemia de 1954. Sem esquecer que seis outras tribos, com cerca de 850 membros, foram incorporadas ao Parque e salvas do rápido processo de extinção em que se encontravam.

Na época de sua fundação, a Funai, então dirigida pelo Professor José de Queirós Campos, pretendia estender a experiência xinguana a outras áreas indígenas, de contato recente com a civilização ou de contato já antigo, mas ainda em condições de recuperação. A partir de propostas da Funai, o Governo Federal decretou a formação de outros parques nacionais: Jaru, na divisa de Rondônia e Mato Grosso; Pedras Negras, em Rondônia; Gurupi, no Maranhão; Juruena, em Mato Grosso; Rio Negro, no Amazonas; Gorotire, Mundurucânia e Tumucumaque, no Pará; Parima, em Rio Branco.

Premência. Entretanto, fortaleceu-se em setores da administração a tendência a interpretar de outra maneira a política indigenista, visando à integração imediata do índio no esforço de desenvolvimento nacional. O presidente da Funai, General Jerônimo Bandeira de Melo, escreveu: "No estágio tecnológico em que se encontra a sociedade nacional, há necessidade de desenvolvimento premente das comunidades indígenas, como conjugamento ao esforço integral da política governamental. As minorias étnicas, como os indígenas brasileiros, se orientadas para um planejamento bem definido, tornar-se-ão fatores participantes do progresso e da integração nacional como produtores de bens".

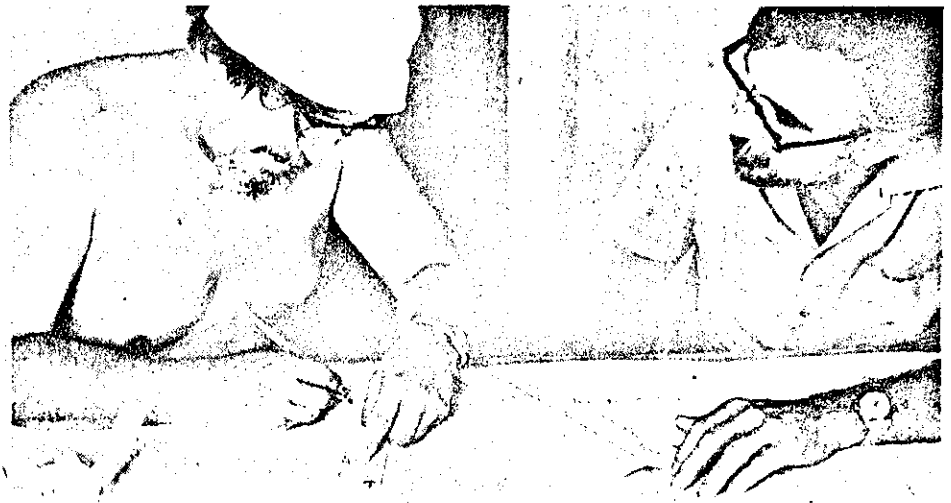
A nova política já teve conseqüências práticas. Formou-se um Fundo de Refinanciamento da Renda Indígena, ao qual se destina toda a renda resultante do trabalho dos índios, da venda das riquezas existentes em suas terras ou do

arrendamento dessas terras. Esses recursos, "considerando a sistemática da técnica desenvolvimentista", serão aplicados em "projetos específicos", agrícolas e industriais, definidos dentro de "um plano global de trabalho, integrado aos planos regionais e setoriais".

Segundo o antropólogo Júlio César Melatti, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, essa política significa a introdução da mentalidade empresarial na Funai. De fato, aos administradores do órgão caberá o papel de administrar de empresa e os índios constituirão um tipo de mão-de-obra barata (salário mínimo regional mais 10% dos lucros destinados ao posto indígena para cobrir gastos de assistência).

Melatti tem suas críticas ao plano: "Querem fazer os índios trabalhar, não segundo seus costumes e tradições, mas sob o sistema dos civilizados, de finalidade comercial. Além de violentarem a tradição indígena, voltada sobretudo para atividades de subsistência, não oferecem nenhum estímulo aos índios, uma vez que não lhes é permitido manipular o rendimento produzido por seu trabalho".

O sistema obedece a um princípio de ordem geral enunciado em 1970 pelo Ministro do Interior, Costa Cavalcanti:



Cláudio e Orlando Villas Boas: a integração dos índios não deve ser apressada

"Tomaremos todos os cuidados com os índios, mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso". A mesma orientação transparece na portaria baixada a 25 de janeiro último pelo presidente da Funai: "A assistência ao índio, que deve ser a mais completa possível, não visa e não pode obstruir o desenvolvimento nacional nem os eixos de penetração para a integração da Amazônia".

Por essa razão e porque a integração do índio é considerada questão "premente", a Funai não procurou afastar os índios das margens da Transamazônica. Cuidou, porém, de evitar choques entre eles e as frentes de trabalho. Também por isso, o presidente da Funai declarou que a construção da BR-80 "em nada prejudicará o Parque Nacional do

Xingu". Ao contrário: "é indispensável uma ligação rodoviária com o Parque".

Críticas. Simultaneamente, surgem críticas oficiais à experiência indigenista do Xingu. O presidente da Funai disse: "Índio não é peça de museu". E também: "Não permitirei a formação de quistos étnicos". Outros dirigentes do órgão, que não quiseram identificar-se, afirmaram: "Integrar não é isolar o índio como se fosse um animal raro. Índio não é bicho, não é um espécime antropológico, para ser mantido em seu habitat natural como qualquer outra curiosidade da fauna".

Cláudio Villas Boas, recentemente indicado — junto com seu irmão Orlando — para o Prêmio Nobel da Paz, refuta essas críticas: "Ninguém quer manter os índios isolados indefinidamente. Seria um absurdo. Mas também não há que ter pressa. Não vamos forçá-los à integração. Vamos esperar que eles se integrem gradualmente, voluntariamente. Enquanto isso, ensinamos-lhes a técnica dos civilizados, cuidamos de sua saúde".

No Parque Nacional do Xingu, os índios jovens das tribos culturalmente mais avançadas aprenderam a lidar com tratores, jipes, motores de pópa e motores elétricos. Alguns são bons mecânicos, outros sabem operar a estação de

rádio. Pescam com rede, cultivam roças com uma crescente variedade de plantas, criam galinhas e porcos. Vários sabem ler e escrever, muitos já visitaram São Paulo. (Um deles ficou na capital: está estudando.)

"Ao contrário do que muita gente pensa", diz Cláudio, "os índios, antes do contato com os civilizados, não são um bando de miseráveis errando sem rumo pelas matas. Têm sua cultura e fazem tudo para conservá-la. Veja, por exemplo, um índio terena do Sul de Mato Grosso, que vive na cidade, trabalhando ou estudando. Se você lhe perguntar o que ele é, responderá: "Sou terena". Mas os índios terenas se estão desintegrando como povo. É exatamente uma alternativa para esse destino que nós procuramos com a experiência do Xingu".

INDIOS

A nova política vem pela BR-80

O traçado de uma longínqua estrada na Amazônia, de que mal se ouvira falar até há pouco, acaba de se transformar em estopim de uma polêmica entre autoridades e técnicos de vários órgãos da administração federal. Tão desconhecida era a estrada, que os jornais ainda se referem a ela como a Cuiabá-Santarém. Trata-se, na verdade, da Xavantina-Cachimbo, BR-80, cujos 840 km ligarão as novas fazendas das margens do Araguaia, no Norte do Estado de Mato Grosso, ao asfalto da Cuiabá-Santarém, rumo ao Pará.

Mas não é por uma questão de nomes que surge a controvérsia. O fato é que, pelo seu novo traçado, a Xavantina-Cachimbo corta de lado a lado, numa extensão de 80 km — dos quais 40 já estão prontos —, o Parque Nacional do Xingu, a mais importante reserva indígena do país. Preocupados com os males que a estrada poderá causar aos índios que ali vivem, os irmãos Cláudio e

Orlando Villas Boas, administradores do Parque há 26 anos, protestaram contra a mudança do traçado original.

Enquanto corria a informação de que os Villas Boas haviam sido proibidos de voltar a se manifestar sobre o assunto, o próprio presidente da Funai — Fundação Nacional do Índio, General reformado Jerônimo Bandeira de Melo, declarou: "O Parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país". Por sua vez, o presidente da Sudeco — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, engenheiro Sebastião Camargo Jr., afirmou: "A estrada é essencial para todo o sistema rodoviário da Amazônia". Mas um outro engenheiro, Eliseu Rezende, diretor do DNER, acha que, em defesa dos direitos dos índios, seria possível voltar — sem prejuízos — ao traçado antigo, que passava fora da reserva.

Os jornais tomaram posição. *O Estado de S. Paulo*: "A imagem brasileira de

uma perfeita harmonia racial, o respeito tanto à pessoa do índio como às instituições e comunidades tribais, a preservação da flora e da fauna da área, valem bem mais do que alguns quilômetros de estrada. Não haverá quem compreenda isso?". *Jornal do Brasil*: "Por que não voltar ao traçado original da BR-80, que respeitava a área do Parque? E por que, sobretudo, não permitir o debate livre da questão, antes que se transforme em fato consumado?".

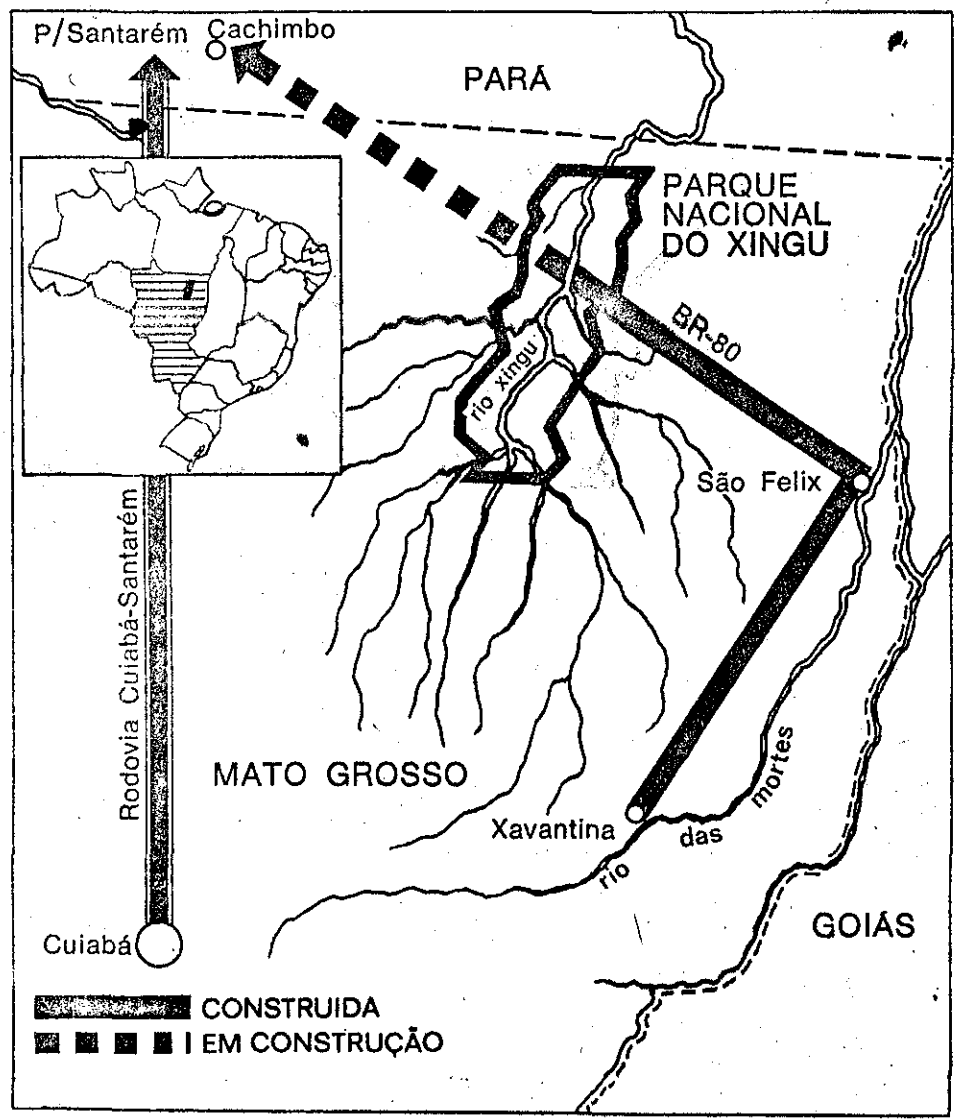
Há quem deseje mesmo um fato consumado. Em conferência no Clube de Engenharia, no Rio, o General da reserva Frederico Rondon (não há parentesco) fez seis votos: "Espero que a BR-80 acabe realmente com esse Parque Nacional do Xingu, que já está se tornando prejudicial à segurança e ao desenvolvimento do país".

Conflitos. Todo esse debate, porém, é apenas um episódio de um problema muito mais complexo do que o traçado de uma rodovia: como tratar, durante a ocupação da Amazônia, os 50 mil índios que vivem espalhados pela região, onde ocupam largas faixas de terra necessárias a sua sobrevivência e que constituem o último refúgio dos povos primitivos nessa parte da América.

Nos últimos anos, os conflitos entre índios e brancos só têm crescido. Em geral, não chegam ao conhecimento da opinião pública, a não ser quando causam mortes, como no episódio da expedição do Padre Calleri, em 1969, em que nove brancos foram mortos pelos atoarais. Desde 1968, os sertanistas contam mais de uma dezena de choques violentos, nos quais morreram 24 civilizados e um número incerto de indígenas. (Entre estes, centenas de baixas são causadas por doenças trazidas pelo homem branco, como o sarampo, a gripe, a tuberculose.)

Em todos os surtos de violência, a causa é monotonamente a mesma: invasão de terras indígenas pelas "frentes pioneiras" do homem civilizado. Menos trágicos, os atritos se repetem entre empresários, fazendeiros e órgãos da administração. Por exemplo: um investidor do Sul quer aproveitar os incentivos fiscais da Sudam para implantar na região uma grande fazenda de gado. Mas a Sudam não pode dar o financiamento porque a gleba fica em terra de índio — e a Funai é contra. A Funai também entrou em choque com o Ministério das Minas e Energia devido ao projeto de mineração da serra dos Carajás, no Pará (Vale do Rio Doce associada à United States Steel), onde vivem os paracanãs.

Promover o desenvolvimento da Amazônia e, ao mesmo tempo, proteger a vida e os direitos de seus habitantes primitivos são problemas que se refletem principalmente no Ministério do Interior, onde estão tanto os órgãos executivos que dirigem o processo de abertura de estradas e implantação de empresas quanto o órgão de proteção aos indígenas, a Funai. Cabe ao Ministro do Interior conciliar duas políticas não ne-



De Xavantina a Cachimbo, passando por São Félix, a BR-80 precisa cruzar o Parque?

essariamente antagonicas, mas que co- lidem com frequencia. De um lado, tra- ta-se de expandir rapidamente as fren- tes pioneiras e integrar a Amazonia, o quanto antes, na economia nacional. Para a Funai, a questao e "proteger e integrar gradativamente o indio em nossa sociedade, a salvo de mudancas bruscas".

O Governo tem hoje duas alternativas de acao face aos indigenas: 1) integrá- los rapidamente, mediante a transforma- çao das reservas em fazendas ou centros de extração vegetal. A Funai se torna- ria uma empresa e o indio - incorpo- rado ao esforço de colonização da Ama- zônia - seria sua mão-de-obra; 2) inte- grá-los gradualmente, mediante a pre- servação de suas reservas, onde apre- nderiam a técnica dos civilizados e de onde só sairiam voluntariamente.

Erros. No passado, como se sabe, as experiências de integração das minorias tribais tiveram resultados catastróficos. Dos 3 milhões de índios que os portu- guêses encontraram a partir de 1500, restavam, em 1900, uns 200 mil. No co- mênço do século, o movimento republi- cano desperta, nas cidades, um senti- mento de compaixão por nossos indige- nas. Ao se criar, graças a Cândido Ron- don, o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, a política oficial falava em "respeito às tribos indígenas como po- vos independentes", queria garantir-lhes "a posse das terras que habitam" e "a proteção direta do Estado". Mas as boas intenções não prevaleceram na prática. Cinquenta anos mais tarde, os recensea- mentos provavam: dos 200 mil de 1900, nem a metade restava; das 230 tribos então existentes, 87 desapareceram por completo. O que acontecera?

Apesar da capacidade e da boa von- tade de seus primeiros funcionários, o SPI enfrentou desde a saída uma bata- lha desigual. Os fazendeiros e as em- presas de extração de riquezas vegetais jamais concordaram com a política de Rondon. Tampouco as missões religio- sas, que viam no SPI um movimento ateu a lhes tomar as almas indígenas e os recursos governamentais. Sem força po- lítica no Congresso para delimitar as re- servas dos índios e sem força policial para impedir a invasão de suas terras, o SPI perdia a guerra em todas as frentes.

Além disso, a doutrina Rondon conti- nha erros. Ele pensava que, estabelecida a paz entre as frentes pioneiras e os índios, estes se integrariam rapidamente à sociedade branca. Aconteceu o con- trário, sempre: os povos primitivos atraí- dos para o convívio pacífico com os ci- vilizados acabavam exterminados pelas doenças, socialmente desorganizados e economicamente aviltados pelas várias formas de exploração a que recorriam os brancos. No fim de sua vida, Rondon reconheceu, em célebre entrevista, que "já não se compreende a idéia errada de que os índios devam ser incorpora- dos à nossa civilização". E, em debate com o antropólogo Egon Schaden, Ron- don defendeu a tese da preservação das

culturas tribais, admitindo que a passa- gem para o estado de civilização, em vez de constituir um "progresso", repre- senta uma forma de depauperamento, "o sacrifício de um modo mais genuíno de ser homem".

Sem força. Esse depauperamento não é um infeliz privilégio das minorias in- dígenas brasileiras. O mesmo processo ocorreu com os nativos em todos os paí- ses onde o contato com a civilização do- minante se deu de forma abrupta e de- vastadora. "Na Nova Guiné", observou certa vez o antropólogo Claude Levi- Strauss, "a civilização penetra tão rá- pidamente que os 600 mil habitantes das montanhas centrais, totalmente des- conhecidos há vinte anos, já fornecem contingentes de mão-de-obra para as estradas."

Das descobertas e das críticas feitas por antropólogos e etnólogos em várias partes do mundo nasceu uma nova ma- neira de ver as relações entre as cha- madas sociedades civilizadas e as mino- rias tribais. Em 1957, firmou-se em Ge- nebra um estatuto internacional - a Convenção 107 -, segundo a qual os países signatários (o Brasil assinou o do- cumento em 1966) se comprometem a "criar possibilidades de integração na- cional, com exclusão de toda medida

No Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios - carcomido pela burocracia e viciado pela corrupção - foi extinto em 1967. O organismo que veio substituí- lo, a Fundação Nacional do Índio, in- corporou em seus estatutos as recomen- dações da Convenção 107. Entre os ob- jetivos da Funai está o de "garantir a posse permanente das terras que (as co- munidades tribais) habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de tô- das as utilidades nelas existentes" e o "resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma que sua evolução sócio- econômica se processe a salvo de mu- danças bruscas".

Sucesso. Por outro lado, ao tomar co- nhecimento da única experiência indige- nista bem sucedida no Brasil - a dos irmãos Villas Boas, na região do alto Xingu -, o Governo, em 1961, trans- formou a região em Parque Nacional, inicialmente com área de 22 mil km², aumentada para 30 mil km² em 1968.

O que havia de especial no Xingu? Os Villas Boas, com assistência da FAB e ajuda de sertanistas como o médico Noel Nutels, haviam conseguido sele- cionar os contatos dos civilizados com os índios daquela área e impedir a en- trada das frentes pioneiras. Ao mesmo tempo, promoviam um lento processo



No Parque do Xingu, eles aprendem as técnicas do branco: dirigem trator, pescam com rédes, consertam motores. É a filosofia da integração gradativa.



destinada à assimilação artificial" das populações nativas.

A Convenção estabeleceu ainda que jamais se deverá usar "a força ou a coerção com o objetivo de integrar as populações interessadas" e garantiu "o direito de propriedade, coletivo ou indi- vidual, sobre as terras que ocupam tradicionalmente".

O IV Congresso Indigenista Interame- ricano, em 1961, reforçou e aprofundou os pontos de vista da Convenção: "A integração social pode significar a uni- dade nacional de todos os habitantes de um país, porém não significar sua identidade, nem sequer sua semelhança fundamental. Requer o desenvolvimento progressivo dos ajustamentos mútuos, não porém a homogeneidade absoluta de toda a população".

de integração dos grupos tribais, me- diante o ensino de técnicas civilizadas. A idéia era preparar as novas gerações indígenas para um ajustamento progres- sivo à sociedade brasileira, sem que elas perdessem suas culturas próprias e sem esquecer sua condição de povo diferente.

Quando chegaram ao Xingu, nomea- dos em 1945 pelo Marechal Rondon, os irmãos Villas Boas encontraram dez tri- bos distintas falando pelo menos qua- tro linguas diferentes. Apesar disso, o convívio ao longo dos séculos - com pe- ríodos alternados de paz e guerra - aproximou as respectivas culturas de modo a formar uma nova, comum, a que os antropólogos chamam de "cul- tura xingua".

Mas os índios já estavam abalados pelos choques com a civilização branca.